

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CARAJÁS -
sua curta e atribulada história

Prof^a Rosélia Piquet

1988

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA Nº 15

Relatório. CNPq

APRESENTAÇÃO

Este Relatório discute a questão dos assentamentos humanos induzidos pela implantação do Projeto Ferro Carajás, de responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Analisando os desníveis nos padrões habitacionais, de infra-estrutura e serviços entre o núcleo urbano planejado da empresa e as cidades "livres" que se formaram em decorrência deste Projeto, procuramos realizar um balanço da atuação desta empresa em relação às populações que vivem na periferia imediata deste grande empreendimento.

O Projeto Ferro da CVRD é apenas um dos muitos projetos englobados no Projeto Grande Carajás, proposta do Governo Federal para a Amazônia Oriental. Investimentos de grande porte têm sido realizados nesta região sob o argumento de que sua base de recursos naturais poderia ser ativada para a promoção do desenvolvimento regional. No entanto, a desvinculação desses empreendimentos com as condições econômicas e sociais da região, os grandes benefícios concedidos pelo Governo Federal para atrair os investidores privados, assim como a desigual correlação de forças entre os diferentes níveis governamentais, seriam razões suficientes para colocar sob questionamento o papel desses projetos.

Neste sentido, o estudo da formação urbana na área de influência direta da CVRD - objeto deste Relatório - propiciou-nos uma primeira aproximação ao conhecimento dos problemas em curso nesta região e se constitui na etapa inicial de um estudo mais abrangente que estamos desenvolvendo, onde novas questões e novas variáveis são incorporadas.

Ainda que modesto, qualquer trabalho requer colaborações generosas. A pesquisa de campo só se viabilizou graças ao apoio logístico que nos forneceu a Administração da Cia Vale do Rio Doce a quem registramos nosso reconhecimento.

Expressamos nossos agradecimentos aos doutores Luciano Medeiros, Ernane Teixeira, Wellington Araújo e Ivana Costa, da CVRD; ao Dr. Denilson Sá Holanda, Secretário de Planejamento da Prefeitura de Marabá; à Irma Angelita da Comissão Pastoral da Terra; à Marta e Flávio Farah do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo; à Leandro Piquet Carneiro, à Angela Azevedo e Alexandre Costa, que em diferentes momentos e por razões diversas contribuíram para a realização deste estudo.

Como de praxe, as falhas e omissões são de inteira responsabilidade da autora.

Rio, julho de 1988.

Rosélia Piquet

ÍNDICE

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	01
2. ÁREA DE INFLUÊNCIA DA CVRD.....	06
2.1 - Aspectos fundiários.....	06
2.2 - As "cidades" próximas.....	09
3. O ESPAÇO PLANEJADO E O ESPAÇO "LIVRE".....	12
3.1 - O núcleo de Carajás.....	14
3.2 - A "invasão" programada.....	21
4. A DINÂMICA DAS RELAÇÕES EMPRESA/PODER PÚBLICO/POPULAÇÃO	27
4.1 - A apropriação dos benefícios.....	28
4.2 - A marginalização da população.....	32
5. REFLEXÕES SOBRE O CASO.....	38
ANEXO I	44
ANEXO II	45
6. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	52

1. INTRODUÇÃO

A região ao sul do Estado do Pará por conter uma das províncias geológicas mais ricas do mundo em minerais metálicos, a partir dos anos 70 torna-se palco de um intenso processo de ocupação. Empresas mineradoras passam a cobiçar estas reservas e em seu rastro toda uma gama de empresários, aventureiros, especuladores, grileiros e migrantes, literalmente, invadem a região.

O poder público, além da abertura das vias de acesso passa a aquinhoar com suas terras, por doação ou venda simbólica, sua clientela política, empresas construtoras ou empresários amigos.

Além de suas riquezas minerais a região do Projeto Carajás é rica em conflitos. Desses, o primeiro e mais conhecido é a luta pela posse da terra. Nomes como Marabá, Paragominas, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingú, Tucuruí, deixaram de ser conhecidos apenas regionalmente e atingem o noticiário nacional, pela aspereza de seus conflitos fundiários.

Conflitos são o cotidiano desta região, próxima a outra, onde na década anterior um núcleo guerrilheiro se instalara; o controle fundiário é então repassado à esfera do Conselho de Segurança Nacional, através da criação do GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.

O garimpo em Serra Pelada com seus 80.000 homens em

condições subumanas de vida e de trabalho colore com tintas ainda mais fortes este quadro.

Dispondo, até a década de 60, de imensas áreas de terras devolutas, pouco conhecidas e de difícil acesso, é desde então objeto de intensa ocupação. Ocupação essa que se acelera com a determinação do Governo Federal de considerar de sua propriedade faixas de 100 km ao longo de toda estrada planejada ou construída com recursos federais. Para o Estado do Pará tal medida significou a federalização de 66,5% de seu território. Grandes empresas nacionais e internacionais, assim como grupos latifundiários, beneficiando-se de incentivos fiscais generosos concedidos pelo Governo Federal, se apossam da quase totalidade dessas terras *.

Os fluxos migratórios, constituídos predominantemente de lavradores expulsos de outras regiões de latifúndio do país, varrem a região em busca de terras ou trabalho. Defrontam-se, no entanto, com terras já privatizadas e com um mercado de trabalho limitado.

Como o objetivo da maior parte dos adquirentes de terra era beneficiar-se dos incentivos fiscais e de crédito e a guardar sua valorização pela integração ao mercado, a produção é baixa assim como é igualmente baixa a média de empregos permanentes nessas grandes fazendas em formação.

* A Volkswagen adquire 140.000 ha, a Swift Armour King Ranch 70.000 ha; Bradesco com 70.000 ha, Dedini, Villares, Bardela, Manah, Supergasbrás e outras. Jean Hebete "Grandes Projetos e Transformações na Fronteira". Espaço e Debates, nº 15 pág. 80.

Como coloca Hebette, "o difícil acesso à terra por parte de pequenos produtores, resultante da ação articulada da grilagem, do INCRA, do GETAT e outras instituições, assim como a difícil permanência nela, têm proporcionado uma força de trabalho abundante para as empresas madeireiras, as empreiteiras de obras públicas e para garimpo" *.

Esta população torna-se assim extremamente "móvel" em sua busca desesperada de sobrevivência. Segundo o GETAT no su deste paraense, "nenhuma propriedade pública ou privada, com mais de 30 mil hectares está isenta de invasões" **. Povoados surgem, crescem e refluem em função das necessidades das gran des obras; das novas descobertas de ouro ou das grandes emprei tadas para derrubadas de matas.

Estes "espaços urbanos" exercem papel de "depósitos" dessa força de trabalho móvel e são verdadeiros acampamentos, onde nenhum equipamento de consumo coletivo é disponível ***.

É nesta "terra de Marlboro", de violências e injustiças, onde todos os "brasís" se encontram, que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) planeja e instalar um complexo empreen dimento mineral englobando mina-ferrovia-porto ****. Detentora da maior área contínua de propriedade pública encravada nesta conturbada região, limita-se com problemas em todas as suas ver

* Hebette, Jean, op.cit., pág. 83.

** Relatório ASCOM-OT-2/87 - CVRD, apêndice, pág. 25.

*** Enquanto a população rural de toda a amazônia passa de 4,5 milhões para 6 milhões entre 1970/80, no mesmo período a população "urbana" passa de 2,5 para 5 milhões.

**** As jazidas se localizam na Serra dos Carajás, nos municípios de Marabá e São Félix do Xingú; o porto em São Luiz do Maranhão, sendo que a ferrovia atravessa todo o Estado no Maranhão.

tentes: ao norte, anteriormente um vazio demográfico, hoje in
 vadido e grilado; a noroeste, as áreas da mina de Salobo,^{*}
 já pontilhadas de garimpos; a oeste, a reserva indígena de Cate
tê; ao sul, áreas do programa de "Assentamentos de Colonos em
 Carajás", do GETAT; e, a leste, povoados que se formaram em fun
ção do empreendimento.

O Projeto Carajás que segundo alguns "já mudou a dire
ção dos fluxos migratórios do país" e no qual o Brasil "hipote-
 ca seu futuro" **, tem sido objeto de muitas controvérsias. É
 sobre um de seus ângulos - a questão dos assentamentos huma-
 nos - que desenvolveremos um exame crítico de seus efeitos e re
percussões.

Como o plano de desenvolvimento de Carajás se enquadra
 num processo de expansão ampliada do capital, sob a liderança
 do Estado, esse processo produz e é produto de uma rede de fa
tos que se cruzam: os interesses do capital, a direção imprimi-
 da pelo Estado e o movimento de grandes massas humanas que para
 lá se deslocam, proletarizando-se ou marginalizando-se.

Na presente investigação o eixo analítico privilegiado
 é a identificação das relações que se estabeleceram entre a Em
presa, o poder público e as populações da periferia imediata do
 projeto.

* Local onde a Docegeo subsidiária da CVRD e especializada em pesquisa mi-
 neral, vem definindo reservas economicamente lavráveis de cobre associa
do a ouro.

** IBASE - "Carajás - o Brasil hipoteca o seu futuro" Achiamé, Rio de Ja
neiro, 1983.

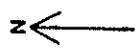
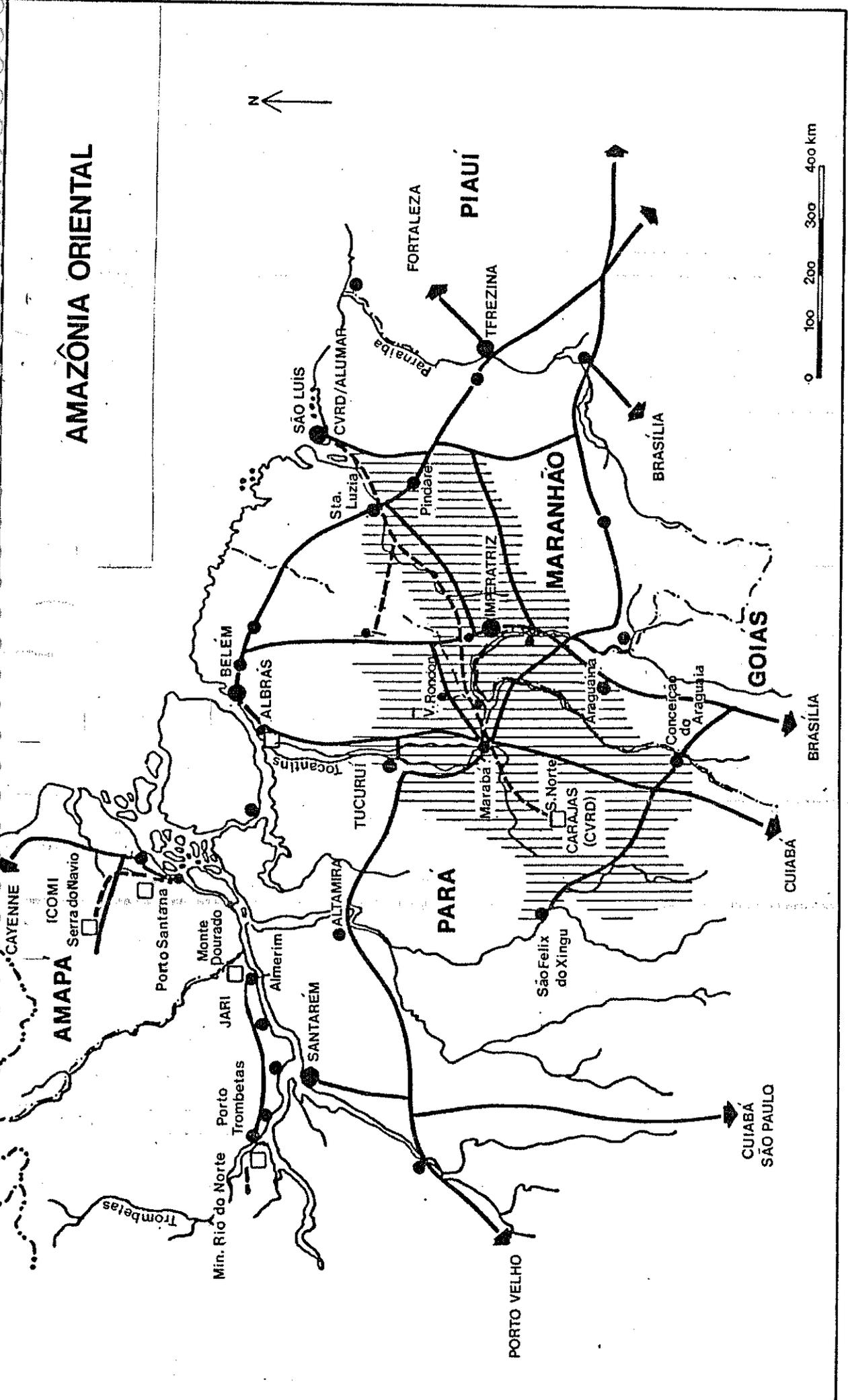
Inicialmente é apresentada a estratégia desenvolvida pela empresa visando a preservação de sua área de "Direito Real do Uso" e um breve quadro da origem dos povoados que lhe são próximos.

A seguir, no item 3, são recuperadas as propostas quanto ao planejamento dos espaços urbanos, com o objetivo de evidenciar os princípios segregacionistas contidos na raiz das opções adotadas.

Dado que a constituição do urbano transcende em muito a questão espacial propriamente dita e remete sua análise às condições sócio-econômicas vigentes, procura-se discutir no item 4, as relações entre os diferentes níveis do poder público, a empresa e a população.

Com base na análise desta experiência, no item conclusivo, são levantadas questões de cunho mais geral, que podem se constituir em escopo de novas investigações.

AMAZÔNIA ORIENTAL



LEGENDA

- RODOVIA
- - - FERROVIA
- FRONTEIRAS NACIONAIS
- - - - FRONTEIRAS DE ESTADO
- ▣ REGIÃO-PROGRAMA GRANDE CARAJÁS
MAIS DE 100.000 HAB.
- MAIS DE 10.000 HAB.
- NÚCLEO URBANO PLANEJADO

2. ÁREA DE INFLUÊNCIA DA CVRD

2.1 - Aspectos Fundiários

É obedecendo a diretrizes da política econômica federal que a CVRD assume a implantação do Projeto Ferro Carajás em área de 411.000 ha de "Direito Real de Uso" *.

A microrregião em que se localiza engloba além das terras da própria Vale, a Reserva Indígena Cateté (280.000 ha); as áreas de assentamento da GETAT (Carajás II e Carajás III), grandes fazendas e áreas ainda disponíveis em Carajás I (Ver mapa I).

Em função da magnitude do Projeto-Ferro, e da descoberta de ouro em Serra Pelada (área cujos direitos de lavra, eram da Companhia, porém fora da delimitação do Direito Real de Uso) toda esta vasta área se transforma, direta ou indiretamente sob sua influência.

Estando localizada em região ainda não sedimentada em termos de ocupação populacional, garantir a integralização de suas terras torna-se pré-requisito para viabilizar este projeto. Assim é que para negociar com as 169 famílias de colonos, que desde meados dos anos 70 estavam assentados no interior dos limites da área, foi constituída uma Comissão de funcionários da própria Vale e do GETAT. Oferecendo a estes colonos o

* O Senado Federal autorizou a União a ceder à Cia Vale do Rio Doce, 411.000 ha sob a forma de "direito real de uso" e mas 185.000 ha como "região de pretensão". CVRD-ASCOM-OT-2/87, pág. 33.

dobro da área que dispunham anteriormente e indenização pelas benfeitorias, conseguem reassentá-los no limite sul de sua propriedade em 10.000 ha. É ainda desenvolvida toda uma estratégia de apoio a este grupo, com o objetivo de garantir sua simpatia em relação à VALE: campanhas de vacinação e flúor; construção e manutenção de escola; posto de saúde *, etc.

Em relação ao seu limite oeste - área da Aldeia Cateté (índios Chicrins) - sob a proteção de um Convênio com o Banco Mundial, a área é demarcada pela FUNAI, possibilitando a eliminação de conflitos.

Para a ocupação das terras a leste e a sul, foi desenvolvido um projeto com o apoio do Conselho de Segurança Nacional (via GETAT), de assentamento de colonos nas áreas designadas por Carajás II e III com o objetivo de formar um "cinturão protetor" à VALE.

Este projeto previa o assentamento de 2.000 famílias, em lotes de 100 ha que contariam com alguns serviços básicos mínimos: escola, posto médico, além de assistência técnica e creditícia aos colonos. O GETAT, no entanto, instala 4.000 famílias em lotes de 50 ha e desloca recursos para a construção de estradas vicinais **. Carajás II e III foram implantadas em fins de 70 quando a VALE inicia seus trabalhos de desenvolvimento da usina.

As terras localizadas no limite norte (Carajás I) an

* Em 87, este povoado foi batizado de Mozartópolis. Homenagem ao Superintendente das Minas de Carajás, Kramer Litvinski, Mozart.

** Informações colhidas em Carajás, junto à Assessoria de Segurança da SUMIC em agosto de 87.

teriormente estavam previstas como reserva florestal, em cumprimento ao Convênio com o Banco Mundial. No entanto, com a construção da Estrada de Ferro Carajás, os primeiros grileiros, ainda em 84, começam a ocupá-las.

Constatando o crescimento de um foco de tensão social nos povoados a leste, localidades onde vivia um considerável contingente de homens sem terra, a CVRD propõe ao GETAT e ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA) o desenvolvimento de um programa de assentamento ordenado de colonos em Carajás I, com o objetivo de evitar invasões em suas próprias terras*.

A ausência de estradas, no entanto, dificultava o acesso a esta área o que também impediria, posteriormente, o escoamento da produção, razão pela qual a administração da VALE foi pressionada no sentido de construir o acesso viário de Carajás I e, a curto prazo, permitir o trânsito dos agricultores em suas estradas privadas.

Estas medidas permitiram que o ITERPA assentasse 600 famílias no Carajás I e o GETAT mais 136, o que veio a diminuir a tensão reinante na área.

As "ações preventivas" adotadas pela Assessoria de Segurança de Carajás, notadamente no período de agosto de 84 a setembro de 87, têm permitido a um limitado contingente de guardas florestais (60 homens) e vigilantes (50 para a área urbana e instalações industriais) a manutenção da integralidade da área de

* Relatório ASCOM - op. cit., pág. 38.

"Direito Real de Uso" * .

Embora buscando atuar preventivamente, já foram identificados, em sua "Área de Pretensão" **, 27 pontos de garimpos e só no ano de 1986 foram retiradas do interior de seus limites 696 pessoas, predominantemente garimpeiros. As invasões tendem a aumentar e nos seis primeiros meses de 87 estas já haviam ultrapassado o total do ano anterior, isto sem considerar as invasões de grandes efetivos ocorridas na bacia de rejeitos e na orla do Rio Parauapebas *** .

2.2 - As "cidades" próximas

Em seu lado leste, a área da CVRD limita-se com o que se poderia chamar sua "fronteira urbana".

Com a implantação do Projeto são pavimentadas as rodovias PA-150 e PA-275, esta última se constituindo em uma ligação entre a área do Projeto e a rodovia PA-150 e, por conseguinte, à Marabá, Transamazônica, Belém, etc. É ao longo da PA-275 que se verifica a maior dinâmica de ocupação do território do município de Marabá **** .

* Os efetivos empregados em segurança pela CSN, Refinaria Duque de Caxias, Usiminas e Cosigua nunca são inferiores a 400 pessoas.

** Compreendem as terras ao norte do Rio Salobo, áreas de cobre e as barragens de rejeitos, que são ainda pertencentes ao Estado do Pará.

*** Relatório ASCOM/CVRD, op. cit., pág. 47.

**** O projeto dista cerca de 200 km de Marabá, cidade sede do município do mesmo nome, que até dez anos atrás contava com uma população de 20.000 habitantes e funcionava como entreposto comercial da produção de castanha (o município era o maior produtor com 1.200.000 he e hoje produz apenas 80.000 he). A cidade conta atualmente com uma população de 120.000 habitantes aproximadamente. Fonte: Secretaria de Planejamento de Marabá - setembro de 1987.

Enquanto o garimpo é responsável pelo aparecimento de Curionópolis e Eldorado; Parauapebas e Rio Verde surgem em função do Projeto da CVRD. Esta constrói um núcleo urbano no interior de sua área de concessão, destinado a mão de obra diretamente vinculada ao Projeto.

O Núcleo urbano de Curionópolis*, aproximadamente a 10 km de Serra Pelada, surgido em 1980, cresceu como grande acampamento em função do garimpo, uma vez que era proibida a entrada das famílias e mulheres na área da lavra. Esta, por ser manual, chegou a envolver o trabalho de 80.000 homens o que transformou este núcleo, localmente conhecido como "Trinta", na maior "cidade" da área**. Mais tarde, com o declínio do garimpo, houve permissão às famílias de se localizarem em Serra Pelada, o que provocou queda na população de Curionópolis.

Eldorado, no entrocamento das PA-150 e PA-275, surge em 1981, resultado do loteamento realizado pelo proprietário das terras, antevendo o grande afluxo de população que seria atraído pelo garimpo. A população recenseada pelo IBGE em 1985 era de 4.150 habitantes; entretanto, dados da SUCAM referentes a julho de 86 indicam uma população de 2.812 habitantes denotando o caráter ainda pouco consolidado deste núcleo***.

* O nome "Curionópolis" é referente ao ex-homem forte de Serra Pelada, Major Curião, Oficial do Exército (SNI) que assumiu o controle do garimpo com sua equipe de civis e militares oriundos da repressão à guerrilha do Araguaia. Elege-se, mais tarde, Deputado Federal pelo PDS paraense. Sua equipe que assumira a direção da COOGAR - Cooperativa de Garimpos de Serra Pelada - manteve-se no poder até 1986, quando uma revolta dos garimpeiros incendiou a sede da Cooperativa e, junto, os arquivos. Fonte - Polícia Federal, Curionópolis, setembro de 1987.

** Referência à localização no Km 30 da PA-275.

*** Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da Prefeitura do Marabá.

O núcleo urbano de Parauapebas foi projetado e construído pela CVRD com o objetivo precípuo de abrigar a população que fatalmente seria atraída pelas perspectivas de trabalho geradas pelo empreendimento industrial e pelas empreiteiras envolvidas. Surge de forma espontânea, entretanto, um aglomerado urbano contíguo a Parauapebas - denominado Rio Verde - oriundo das necessidades de serviços urbanos geradas pelos acampamentos dessas obras e atividades agrícolas da região.

Estes núcleos vizinhos e o núcleo de Carajás caracterizam de maneira clara o tipo de assentamento urbano na área sob influência direta da VALE e, por esta razão, serão analisados de maneira mais detalhada a seguir.

3. O ESPAÇO PLANEJADO E O ESPAÇO "LIVRE"

As atividades de mineração quando situadas em regiões desprovidas de qualquer infra-estrutura, exigem das empresas que operam no setor a instalação da infra-estrutura não somente capaz de dar suporte à produção mas também de abrigar e manter sua força de trabalho. Estas empresas são assim levadas a implantar e administrar as chamadas "vilas de mineração".

A qualidade de vida proporcionada por essas vilas de corre dos seguintes fatores:

- do potencial e horizonte de exploração das jazidas;
- do porte do grupo empresarial;
- da política de recursos humanos vigentes na empresa;
- das condições do mercado de trabalho, quando da implantação da vila; e
- das condições da economia nacional.

Como resultado, observa-se uma grande heterogeneidade entre as vilas implantadas com este fim. Estas, por serem comunidades fechadas, são marcadas por problemas específicos de duas naturezas: os de ordem interna à própria vila e os referentes às relações entre a vila, seu entorno imediato e a região onde se localiza.

O primeiro grupo de problemas, inerente ao modelo "fábrica com vila operária", decorre do fato dessas vilas serem meras extensões da esfera da produção. Sendo a empresa a proprietária das moradias e dos equipamentos coletivos, suas regras

permeiam todas as atividades exercidas pelos habitantes. A segregação funcional, a marginalização de determinados segmentos da população e, no caso das regiões ínvias, o isolamento, vão determinar certos padrões de comportamento social a essas comunidades. Do ângulo da empresa estas vilas representam não só uma sobrecarga financeira e administrativa, como também um desvio de seus objetivos centrais.

O segundo grupo de problemas enfrentados por empresas de localização isolada diz respeito às relações dessas empresas com a região em seu entorno.

Tais empreendimentos tendem a atrair contingentes populacionais não diretamente empregados na empresa e que dão origem ao aparecimento das chamadas "cidades satélites". Vale dizer, ao lado da "cidade planejada" surge a "cidade livre" e os desníveis entre ambas no padrão habitacional, na infra-estrutura e nos serviços, tornam-se notórios.

O aparecimento dessas cidades se por um lado poderá significar a solução para as empresas no que respeita ao recrutamento e manutenção da mão-de-obra (notadamente de trabalhadores de menor qualificação), por outro, poderá implicar no aparecimento de novos problemas. Sem dúvida, a formação dessas cidades influirá na política empresarial quanto à sua força de trabalho. A tendência observada é a empresa repassar parte ou a totalidade dos gastos necessários com a manutenção da vila para o setor público (município). Esta ação se reflete nos padrões de urbanização e nas condições de reprodução da força de tra

balho.

Nossa análise é centrada neste segundo grupo de questões.

3.1 - O Núcleo de Carajás

No caso de Carajás, seus técnicos, conscientes da importância nacional e internacional do Projeto e das enormes contradições a serem enfrentadas, cercam-se de todos os recursos técnicos disponíveis para sua implantação. Assim que, desde os primeiros estudos de viabilidade para o projeto de exploração do minério, simultaneamente iniciam-se os estudos quanto ao núcleo habitacional.

Durante os anos de 1974/76, quando da definição do projeto básico industrial, o núcleo é dimensionado e a proposta é objeto de um seminário de desenho urbano *.

Entre 76/78 são realizadas consultorias especializadas nas áreas de educação, saúde, abastecimento alimentar e ordem institucional, para definição dos critérios de dimensionamento físico por estes prismas. Os referenciais quantitativos de urbanismo, arquitetura, redes, sistemas viário e paisagismo do núcleo são consolidados em 79. Aprimorados levantamentos quanto ao clima, conforto ambiental, paisagismo e ecologia são elaborados, visando complementar o desenho urbano e de arquitetura a serem produzidos **. Procuram ainda estudar a experiência bra

* Com a equipe do arquiteto Joaquim Guedes.

** Vide, para maiores detalhes, Rel. CVRD - O núcleo urbano de Carajás 1980 e Rel. da Amazônia Mineração S.A. (AMZA) - Planos Urbanísticos dos Núcleos de Carajás e Parauapebas, 1981.

sileira e internacional em projeto e operação de núcleos urbanos isolados, de passado recente, e montados em função de uma necessidade específica, das quais poderiam extrair lições preciosas *.

Para atender às necessidades básicas de seus funcionários e da população vinculada ao Projeto Ferro foi prevista a construção de núcleos urbanos na Serra dos Carajás e a urbanização de áreas em cidades existentes ao longo dos 890 km da ferrovia.

Foram propostos 3 níveis de intervenção: montagem de núcleos urbanos novos (em áreas absolutamente carentes de qualquer apoio); fortalecimento de cidades ou vilas localizadas ao longo dos 890 km da ferrovia (sempre condicionado às exigências de operação e manutenção da estrada); e na área do porto (em São Luiz), que já apresentava condições de absorver as demandas do pessoal do Projeto, foi então prevista a proteção da área urbana contra os impactos causados pela atividade industrial.

* Na experiência brasileira quanto ao estabelecimento de núcleos urbanos localizados na Amazônia, junto a minerações, destacam-se:

- . Núcleos urbanos da ICOMI - para suporte à exploração de manganês no Território Federal do Amapá, foram construídos em 1960, os núcleos de Serra do Navio, próximo à mina, e vila Amazonas, próximo ao porto e a 20km de Macapá.
- . Trombetas - construído para dar apoio à exploração de bauxita no empreendimento da Mineração Rio do Norte, subsidiária da CVRD; início da fase de operação em 1979.
- . Tucuruí - antes da implantação do projeto da barragem da Eletronorte a população da cidade de Tucuruí (hoje denominada "Tucuruí Velho") era de cerca de 3.000 hab.; com o início das obras em 1976, foi implantada a Vila Pioneira; em seguida construíram-se duas vilas temporárias (destinadas ao período de obras) e a permanente, para abrigar o pessoal ligado à operação e manutenção da usina, perfazendo no total de 6.200 hab. No pico das obras (1979) Tucuruí contava com cerca de 110.000 hab. sendo 55.000 em Tucuruí Velho e 55.000 distribuídos pelas vilas da Eletronorte. Em 1956, Tucuruí Velho refletiu para 33.000 hab. e as vilas para 27.000. In: Assentamentos humanos junto a áreas de Mineração - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT - Rel. nº 22.092 de maio de 1985 e Rel. nº 24.044 de julho de 1986.

É sobre o primeiro tipo de intervenção que deteremos nossa análise.

Durante a fase de construção do Projeto, estimada em 4 anos para implantação e pré-operação, foi necessária a montagem de um núcleo provisório, na Serra dos Carajás, para os empregados das firmas empreiteiras e de fiscalização da obra (CVRD). Para abrigar um efetivo de pessoal flutuante em função das etapas da construção, é destinada uma área propositadamente insuficiente e localizada sobre uma jazida, com o objetivo de de estimular posteriormente a permanência deste polo de ocupação urbana dentro da área industrial.

São então construídas, aproximadamente 600 casas para os funcionários de nível médio e superior da VALE e inúmeros alojamentos para "peões" das empreiteiras.

Para a construção da ferrovia são também previstas 16 frentes de trabalho ao longo de seu percurso, em média acampamentos para 1.000 pessoas (mapa III), e mais dois acampamentos no terminal ferroviário e porto, em São Luís.

Na Serra dos Carajás, próximo à mina, foi prevista a construção de um núcleo urbano permanente para abrigar a população empregada nas atividades de mineração, beneficiamento e operação do terminal ferroviário.

Nos estudos visando o dimensionamento da população a ser atendida foram tomados como referência básica os empregos

diretos para operação do empreendimento (compreendendo operação da mina, ferrovia, administração e núcleos urbanos) nos níveis de produção de 25,35 e 50 milhões de toneladas por ano (MTPA).

DIMENSIONAMENTO DE EMPREGOS DIRETOS

Atividade \ Nível	25 MTPA	35 MTPA	50 MTPA
Administração	128	134	174
Ferrovia	196	207	324
Mina	1.079	1.287	1.602
Subtotal	1.275	1.494	1.926
Núcleo urbano	178	206	238
Total Geral	1.581	1.834	2.338

Fonte: CVRD/Superintendência de Implantação do Projeto Carajás - Núcleo Urbano de Carajás - 1980, pág. 15.

Foram ainda elaborados cálculos referentes à qualificação do pessoal, vínculo empregatício, tamanho médio da família, faixa etária da população e taxa de crescimento populacional. Para o cálculo dos empregos indiretos levantaram-se quatro hipóteses, adotando-se como a mais provável a hipótese de criação de um emprego indireto para cada emprego direto *

* Utilizando diferentes níveis de empregos diretos/empregos indiretos, foram elaboradas quatro hipóteses sobre os números relativos à população no período de 1983 a 1990. Os índices propostos foram os seguintes:
 hipótese A: 0,5 empregos indiretos/empregos diretos;
 hipótese B: 1,0 empregos indiretos/empregos diretos;
 hipótese C: 1,5 empregos indiretos/empregos diretos;
 hipótese D: 2,0 empregos indiretos/empregos diretos;
 Fonte: Rel. CVRD - O núcleo urbano de Carajás, 1980, pág. 14.

POPULAÇÃO ADOTADA E OUTRAS REFERÊNCIAS

Nível de Produção	Ano	Hip. 1	Hip. 2	Hip. 3	Hip. 4
25 MTPA	1983	11.189	14.919	19.121	21.506
35 MTPA	1984	12.995	17.333	22.201	24.956
.....	1985	13.969	16.633	23.866	26.830
50 MTPA	1986	16.560	22.086	28.299	31.822
50 MTPA	1987	17.802	23.742	30.421	34.208
50 MTPA	1988	19.137	25.523	32.703	36.774
50 MTPA	1989	20.572	27.437	35.155	39.532
50 MTPA	1990	22.151	29.494	37.792	42.497

Fonte: CVRD/Op.cit., pág. 16.

As áreas urbanizáveis selecionadas foram 2 platôs adjacentes, com cerca de 440 ha e 1.313 ha, respectivamente, e capacidade de ocupação de 110.000 hab. (densidade de 75 hab/ha). O primeiro tendo capacidade para abrigar 22.000 hab e previsto para a ocupação inicial, ficando o segundo como reserva.

Todos os itens de infra-estrutura e sistemas de apoio, essenciais quando da criação de uma cidade nova foram, considerados: sistema de abastecimento de água; esgotos sanitários; drenagem de águas pluviais; sistema viário; de energia elétrica; de transportes; de telecomunicações; coleta de lixo; áreas de convívio social; lojas e supermercados; escolas e 1º e 2º graus; hospital geral; parques vicinais; praças infantis; parques de preservação (áreas de mata intocada); viveiro florestal;

enfim tudo aquilo que a quase totalidade das cidades brasileiras não têm ou que têm parcialmente *. A divisão da área urbanizável em zonas caracterizadas pelos principais usos é a que se segue:

NÚCLEO URBANO DE CARAJÁS - ZONEAMENTO PRELIMINAR DE USOS DO SOLO

Uso do solo	%
Residencial Central	22,8
Industrial e de serviços	9,3
Praças e jardins	2,2
Infra-estrutura, inclusive sistema viário	22,3
Subtotal	10,7
Áreas de preservação e proteção de encostas	66,8
TOTAL	33,2
	100,0

Fonte: Rel. CVRD/op.cit. pág. 27.

Em 1982 iniciam-se os trabalhos de infra-estrutura urbana e em 84 os de edificação, sendo então construídas um total de 1.253 residências, assim distribuídas:

* Para conhecimento detalhado das propostas vide Rel. CVRD/Superintendência de Implantação do Projeto Carajás - Núcleo Urbano de Carajás - 1980 - pág. 21 e seguintes.

NÚCLEO URBANO DE CARAJÁS

Tipo de residência	m ² construído	nº de casas
R-0	246	8
R-1	137	36
R-2	111	28
R-3	98	822
R-4	83	<u>359</u>
		1.253

Fonte: Superintendência das Minas de Carajás - SUMIC - Gerência do Núcleo - set./1987.

Estas residências são ocupadas exclusivamente pelo pessoal da VALE e por funcionários de mais alta qualificação das firmas prestadoras de serviços, (médicos, enfermeiras, pessoal de telecomunicação, etc).

Do total das 586 residências anteriormente construídas em caráter provisório (no entanto, de excelente padrão) 374 são ainda hoje ocupadas por funcionários solteiros da VALE e de algumas das empreiteiras. As casas desocupadas (212) e os alojamentos estão sendo demolidos.

Além das residências, este núcleo possui um hospital (o melhor de todo o Pará), aeroporto, excelente Teatro, um Ginásio Olímpico e todos os equipamentos urbanos previstos no projeto original.

3.2 - A "invasão" programada

Desde a fase da construção, a ocupação do núcleo provisório limitava-se aos empregados das empreiteiras diretamente contratados pela VALE e às equipes de fiscalização desta. O acesso à Serra dos Carajás era, portanto, controlado e limitado ao pessoal diretamente envolvido na construção.

O conhecimento empírico referente aos acampamentos de obras e/ou vilas de operação de empreendimentos do porte e das características do Projeto Carajás, implantados em regiões de ocupação pioneira, indicavam que ocorreria um fluxo populacional para esta área, fatalmente formando os chamados "assentamento periféricos" *. Com o intuito de evitar a formação de um "favelão" nos portões da Vale e de molde a minorar alguns dos principais problemas que a experiência pretêrita permitia prever, entre os quais a ocupação de morros e áreas alagáveis, a invasão da faixa de domínio da rodovia e, sobretudo, o "curto-circuito sanitário" entre os sistemas de abastecimento de água e eliminação de esgotos, foi apresentada a seguinte proposta:

"À pequena distância deste Núcleo (Carajás) o envolvimento da AMZA será também necessário, embora em menor grau, no sentido de dotar de condições mínimas de infra-estrutura urbana a aglomeração espontânea que irá certamente se formar ao pé da Serra, nos limites de sua propriedade e que, com o desen

* Como os que ocorreram no entorno do Projeto Jarí (conhecido como "Beirão"); de Tucuruí; e, em maior escala, nas cidades "livres" que circundam o Plano Piloto de Brasília.

volvimento das atividades de mineração, tenderã a atrair contingentes apreciáveis de população não vinculada diretamente à empresa" * .

O que se propunha de fato era que este sítio viesse a se constituir em uma "invasão programada" sendo portanto uma alternativa de assentamento em relação às formas usuais de ocupação satélite até então conhecidas.

Uma área com cerca de 170 ha, separada dos portões da VALE pelo Rio Parauapebas, foi então dotada de equipamentos urbanos mínimos (arruamento, castelo d'água, esgoto, hospital, escola, prefeitura) com o fim precípua de alojar populações não diretamente vinculadas à CVRD, mas atraídas para a região pelas oportunidades econômicas derivadas do Projeto Carajás.

A urbanização inicial de Parauapebas, projetada para uma população de 5.000 hab., obedeceu a um traçado simples semelhante ao das ocupações espontâneas, de maneira a não criar obstáculos materiais e culturais ao assentamento da população ** .

Desde o seu início era prevista a doação desta área para a Prefeitura de Marabá, que assumiria sua administração.

Os responsáveis pela administração do núcleo de Parauapebas foram alertados para as seguintes questões:

* Amazônia Mineral S/A - Planos Urbanísticos dos Núcleos de Carajás e Parauapebas-Memorial Descritivo AMZA - MD 4.000-00 - 902 de 30/03/81.

** Rissin, Marcos Mayerhofer - Parauapebas/Rio Verde - Diretrizes de Desenvolvimento Integrado - junho de 1986 - pág. 5.

"Nos primeiros anos do povoamento da área, estas populações não disporão de recursos que lhes assegurem o acesso aos serviços urbanos essenciais. Os investimentos feitos pela CVRD em urbanização, redes de infra-estrutura e equipamentos comunitários visam proporcionar estas condições básicas, minimizando os problemas usualmente associados aos assentamentos espontaneamente formados no entorno de empreendimentos como o Projeto Carajás".

"Assim sendo, na medida em que se pretenda exigir dos moradores a construção de obras particulares e/ou a remuneração por serviços públicos de padrões muito superiores as suas possibilidades, tende-se a tornar o núcleo de Parauapebas inacessível para a grande maioria dos migrantes, induzindo à favelização da periferia da cidade projetada e deturpando a função básica para a qual ela foi concebida" *.

Esta advertência foi apresentada ao Conselho de Administração de Parauapebas anos antes da ocupação maciça e irreversível das terras além desta área, onde se formou o povoado em glebas do GETAT e à margem de qualquer controle. De fato, confirmando esta previsão este povoado em pouco superou a população de Parauapebas, afirmando-se como o principal pólo de urbanização do Vale do Rio Parauapebas.

Em meados de 83 o GETAT transferia para o domínio do Município de Marabá esta gleba de aproximadamente 150 ha, des

* Mayerhofer, pág. 7 - Esta advertência foi elaborada por este consultor, contratado pela CVRD para estudar as relações entre Parauapebas/Rio Verde e a Vila da empresa, na Serra dos Carajás - op. cit., pág. 7.

tinada à "formação do patrimônio urbano do povoado do Rio Verde do Pará" *. Poucos meses após, a CVRD igualmente doava à Prefeitura a área do Núcleo de Parauapebas, por ela urbanizado.

Um ano após estas doações, "o recobrimento aerofotométrico da área documentava a existência de cerca de 1.000 prédios em Rio Verde, enquanto que a menos de 2km de distância o núcleo de Parauapebas, embora já arruado e dotado de redes de infra-estrutura, não apresentava praticamente nenhuma construção que não os equipamentos de uso público edificadas pela CVRD" **.

Segundo os técnicos da VALE uma série de fatores contribuiu para este quadro:

1) a construção do núcleo se estendeu por um período de cerca de um ano e meio, durante o qual não se liberou lotes para o assentamento de terceiros no próprio sítio;

2) a existência dos acampamentos das obras, com a presença de grandes contingentes de homens "solteiros" e, portanto, demandando serviços de diversas naturezas ***.

3) a elitização dos padrões impostos aos postulantes à ocupação de lotes na recém construída Parauapebas.

* Cláusula primeira do título de domínio 4 (GETAT) 82 (1) 007, apud Meyerhofer, op. cit., pág. 8.

** Meyerhofer, op. cit., pág. 8.

*** Rio Verde teve seu início de ocupação com inúmeros prostíbulos e bares; em 1987, quando percorrermos suas ruelas imundas e poeirentas, a densidade de boates por metro quadrado, era ainda elevadíssima, embora muitas já estivessem fechadas pela desativação dos canteiros de obra.

POPULAÇÃO POR NÚCLEOS

	População	%
Parauapebas	2.313	17
Rio Verde	9.419	69
Invasões *	<u>1.871</u>	<u>14</u>
	13.603	100

Fonte: Superintendência das Minas de Carajás; (SUMIC)/Assessoria de Segurança Empresarial (ASE) 1985.

ORIGEM DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS (Parauapebas/Rio Verde)

Região de Origem	Nº de Famílias	Percentuais
Marabá	33	1,0
Pará (exclusive Marabá)	181	5,8
Maranhão	1043	33,3
Goiás	357	11,4
Nordeste	1088	34,7
Outras regiões	433	13,8
<u>Total</u>	<u>3135</u>	<u>100,0</u>

Fonte: SUMIC/ASE/1985.

* Este levantamento foi realizado pelos técnicos da CVRD (Ivana Costa de Oliveira, Raimundo Nonato Gomes Filho e Severiana Lima), e o termo "Invasão" é utilizado para designar a ocupação em Parauapebas de terrenos localizados fora da área urbanizada.

POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE (Parauapebas/Rio Verde)

Setores de Produção	População ocupada em Rio Verde/Parauapebas em %	População Urbana Economicamente Ativa no Estado do Pará em %
<u>PRIMÁRIO</u>	13,8	13,6
Agropecuária	12,5	12,5
Garimpo	1,3	1,1
<u>SECUNDÁRIO</u>	48,0	21,6
Indústria Mecânica*	44,2	1,9
Outras Indústrias	3,8	19,7
<u>TERCIÁRIO</u>	37,4	63,8
Comércio	20,7	16,9
Serviços	16,7	46,9
OUTROS	<u>0,8</u>	<u>1,0</u>
	100	100

Fonte: Levantamento SUMIC/ASE.

* Acreditamos que o peso exagerado de pessoal ocupado na indústria mecânica decorra do critério de classificação da equipe que englobou nesta categoria todos aqueles que direta ou indiretamente estavam ligados aos serviços de manutenção de veículos leves e máquinas agrícolas.

4. A DINÂMICA DAS RELAÇÕES EMPRESA/PODER PÚBLICO/POPULAÇÃO

Atuando em uma "região de fronteira" aparentemente se poderia supor ser esta uma grande oportunidade para se construir um novo espaço físico-econômico-social, onde as relações entre capital-trabalho-Estado fossem estruturadas em novas bases.

Para se discutir as alternativa de atuação que uma grande empresa pública "deveria" adotar na área sob sua influência a primeira pergunta a responder seria: atuação para "quem"?

Para os interesses internos da empresa em sua busca de eficiência e lucro nos moldes de uma empresa privada?

Para os interesses do Governo Federal, como um de seus agentes na região, e objetivando viabilizar a política econômica federal? Ou ao contrário, resgatando o papel de "empresa pública" e como tal direcionando sua atuação no sentido de ser um dos agentes transformadores de uma sociedade injusta e excludente como a sociedade brasileira, a despeito de seu grande crescimento econômico? Mas, associada a esta questão, surge outra: esta opção seria viável?

Sejam quais forem as respostas às questões levantadas anteriormente, alguns pontos devem, no entanto, ser considerados:

1) a região na qual o Projeto da VALE se localiza é uma região não consolidada econômica, social e espacialmente;

2) esta companhia é vista localmente, seja pelo poder estadual e municipal, seja pela população, como um agente do Governo Federal na região;

3) os investimentos efetuados pela VALE são de grande magnitude e forte influência local o que a torna um dos principais agentes modeladores desse espaço.

Assim sendo, cabe no momento analisar sob que condições vem se desenvolvendo a atuação dessa Companhia na região.

4.1 - A apropriação dos benefícios

O processo de ocupação das terras ao Sul do Pará não pode ser apreendido de forma dissociada do modo como o Governo Federal vem atuando na chamada "promoção do desenvolvimento sócio-econômico" da área. Esta se traduz em duas linhas políticas básicas: uma de inspiração econômica, buscando a abertura da área ao desenvolvimento do capitalismo, em benefício da grande empresa privada nacional e estrangeira; e outra de inspiração geopolítica, destinada a estreitar os laços da região com o conjunto do país.

As medidas adotadas a nível federal que diretamente incidem na região sob análise são: *

1) o decreto de 1971 que instituiu como "indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional", a jurisdição federal sobre as terras devolutas situadas em uma faixa de 100km de cada la

* Em anexo apresenta-se cronologicamente as principais medidas governamentais incidentes na região.

do do eixo das diversas rodovias federais na Amazônia Legal. Este decreto significou para o município de Marabá a passagem para o controle dos órgãos federais de 52% do seu território;

2) a decisão de garantir a infra-estrutura necessária para a implantação de grandes projetos;

3) a permissão ao garimpo manual em Serra Pelada; e

4) a decisão de implantar o Projeto Ferro Carajás.

A exposição de motivos, nº 50/80 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), assinala que "a implantação do Projeto Ferro Carajás funcionará como indutor de atividades econômicas voltadas para o aproveitamento das demais riquezas minerais da região, assim como da implantação de alguns complexos industriais, estrategicamente localizados e que se destinem ao beneficiamento dessas riquezas" *.

Considerando de "relevante interesse nacional", para efeito de recebimento de amplos incentivos fiscais e tributários, assegurados por legislação federal, é concedido à CVRD os seguintes benefícios: **

- isenção do Imposto de Renda e dos adicionais restituíveis pelo prazo de 10 (dez) anos;

- isenção dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados incidentes sobre a importação de máquinas, equipamentos e instrumentos, sem similar nacional, a serem des

* Publicado no DOU 16/10/80.

** Os benefícios citados constam dos "Atos Declaratórios" nº 1/81 de 04/08/81 e 15/82, de 17/08/82, da Secretaria Executiva do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás - SEPLAN.

tinados à implantação do Projeto;

- isenção do IPI, bem como manutenção do crédito do mesmo imposto referente a matérias-primas, produtos intermediários nas aquisições de máquinas e equipamentos nacionais;

- crédito do imposto sobre produtos industrializados nas operações de aquisição de máquinas e equipamentos nacionais.

Para a fase de operação, a geração de receita cambial esperada era da ordem de US\$ 630 milhões anuais, apresentada na época como capaz de "equilibrar a balança de pagamento do país"; e a geração de receita tributária decorrente do recolhimento do Imposto Único sobre Minerais, a valores de 1982, seria da ordem de 5 bilhões de cruzeiros anuais.

No bojo dessas cifras tentadoras, a Prefeitura de Marabá anunciava ainda: *

- intensificação do nível de atividades das empreiteiras propiciando emprego para cerca de 30 mil pessoas, na fase de obras;

- criação de cerca de 6.000 novos empregos diretos e 10.000 indiretos, na fase operacional;

- implantação de dez núcleos habitacionais, ao longo da ferrovia e particularmente em Carajás, localidade até então inabitada, dotados de todos os equipamentos urbanos modernos;

- implantação de infra-estrutura regional de trans

(*) Justificativa ao Projeto de Lei nº 3283/82 de dezembro de 1982 da Prefeitura de Marabá.

porte, incorporando extensas áreas férteis, atualmente subutilizadas, ao processo produtivo.

Diante de tantos benefícios esperados, a Prefeitura de Marabá propõe, e a Câmara de Vereadores concede, "a isenção de Impostos Sobre Serviços (ISS) de qualquer natureza" até 31/12/87, aos serviços prestados à CVRD pelas empresas por esta contratadas para o gerenciamento das atividades de implantação do projeto. Fica ainda aprovada a prorrogação deste prazo, desde que solicitado.

A Câmara Municipal de Marabá aprova ainda outra Lei, em março de 84, onde concede isenção de 50% sobre o ISS incidente no gerenciamento das atividades de implantação do núcleo de Parauapebas. Mas, além das "benesses", a implantação do Projeto Ferro Carajás, por seu pioneirismo, exigiu da CVRD um grande esforço de investimento, da ordem de US\$ 3 bilhões, divididos nos seguintes grandes blocos:

	Em US\$ correntes (Milhões)	%
Mina	479	16,6
Ferrovias	1.530	53,0
Porto	226	7,9
Núcleos Urbanos	130	4,5
Subtotal	2.365	82,0
Indiretos	520	18,0
Total	2.885	100,0

Dentre as externalidades geradas pelo Projeto e que poderiam ser consideradas como positivas situam-se os investimentos na infra-estrutura regional, realizados com a receita tributária advinda da antecipação do IUM:*

- 1) pavimentação de 125km da PA-150, de um total de 200km compreendidos no Município de Marabá;
- 2) pavimentação da PA-275 que liga Carajás à PA-150;
- 3) urbanização da área de Parauapebas;
- 4) transmissão de energia elétrica;
- 5) serviços de telecomunicações (telefone e telex)**.

4.2 - A marginalização da população

Tendo chegado a demandar 27 mil homens em sua fase construtiva, a implantação desse projeto provocou um enorme fluxo populacional em direção a esta região.

Dado o elevado padrão do projeto em suas áreas privativas, um acentuado contraste desde logo se estabelece entre aqueles que tinham o direito a ultrapassar os portões da VALE e aqueles que permaneciam de "fora".

Embora a floresta amazônica e o rio Parauapebas congtituíssem barreiras naturais ao acesso à vila, a estas se somou um rígido controle de entrada em todo o perímetro do projeto,

* As alíquotas do IUM são assim distribuídas: 10% Gov. Federal; 70% Gov. do Estado e 20% Gov. Municipal.

** Somente a cidade de Marabá e Carajás têm um serviço telefônico eficiente.

localizado como vimos, em "Área de Segurança Nacional".

Esse controle, concebido seja como forma de garantir aos empregados da empresa níveis de qualidade de vida superiores aos predominantes na região, seja como mecanismo de segurança aos investimentos realizados, ou ainda, como forma de preservação dos padrões de higiene e saúde, torna na prática o núcleo urbano de Carajás totalmente fechado à região.

Em uma situação nacional em que há uma permanente disponibilidade de mão-de-obra à procura de emprego, as exigências quanto à qualidade de vida tendem a ser minimizadas para a maioria da população. Permanecem no fechado círculo dos "bem atendidos" apenas os estratos de mais alta renda.

No caso de Carajás, tal dinâmica transformou Parauapebas - inicialmente prevista para abrigar a população de baixa renda que afluiria para a área - em um núcleo habitacional secundário do Projeto Ferro. De fato, embora com padrões urbanos infinitamente inferiores aos imperantes na Serra, é neste núcleo que os empregados das firmas subcontradas pela VALE residem, dada sua inserção inferiorizada na estrutura de qualificação profissional. Conforme já assinalado anteriormente, em sua periferia (Rio Verde) e nos interstícios de sua malha urbana, o restante da população não diretamente vinculada ao Projeto, se "acomoda" como pode.

Desenvolve-se entre estes assentamentos uma essencial complementaridade: se por um lado, Parauapebas hoje abriga

seus empregados de "segunda categoria", os moradores da Serra e o próprio empreendimento, não podem prescindir de sua presença. É neste núcleo que é recrutada a mão-de-obra necessária aos serviços menos qualificados tais como: de transporte de carga e passageiros; de limpeza; de guarda; serviços domésticos, etc . Assim sendo, ainda que espacialmente sejam núcleos isolados (25km os separam), funcionalmente constituem um único núcleo urbano. Embora esta interdependência seja real, não se traduz em uma tendência à igualização na disponibilidade quanto aos bens de consumo coletivo.

Enquanto a implantação do núcleo urbano da Serra exigiu investimento da ordem de 150 milhões de dólares, em Parauupebas foram gastos US\$ 3 milhões, aproximadamente.

Atualmente estes núcleos populacionais já ultrapassaram a fase pioneira e, após a queda brusca de população provocada pela desmobilização das empreiteiras, encontram-se em uma fase de estabilização. Embora as estatísticas populacionais para estas localidades não sejam confiáveis, a ordem de grandeza de suas populações é a que segue:

Localidade	População	Tendência
Curionópolis	30.000	estável, a declinante
Serra Pelada	40.000	estável, a declinante
Parauapebas/Rio Verde	16.000	em crescimento
Carajás (Núcleo da Serra)	7.000	estável
Área Rural em torno do Projeto	10.000	estável
Garimpos Isolados	10.000	instável

Fonte: SUMIC - Área de Segurança e Secretaria de Planejamento de Marabá, setembro de 1987.

A população de Parauapebas e Rio Verde, localidades surgidas ao lado e por causa de Carajás, não conta com saneamento básico, sua água potável é contaminada pelo mercúrio dos garimpos da região e 1,5 mil crianças (das 5.000 em idade escolar) não são atendidas pela rede escolar local *.

Na "Operação Documento" desencadeada pela CVRD e aplicada a atendimento médico, foram identificados elevados índices de sífilis, tuberculose, leishmaniose, malária, doenças de chagas, esquistossomose e tracoma **.

É bastante elucidativo o seguinte texto:

"Como se pode concluir este quadro sanitário encontra explicações na baixa qualidade de vida da população, principalmente nas deficiências do saneamento básico e da distribuição de água potável. Os produtos hortigranjeiros, as empregadas domésticas e os empregados contratados em Parauapebas para trabalhar em Carajás são os vetores capazes de introduzir tais endemias na Serra. O que nos livra dessa contaminação, é a nossa dieta alimentar somada à qualidade sanitária de Carajás. Mas, até quando?" ***

A presença de dois mil e quinhentos homens adultos

* Em Parauapebas a rede de esgoto que a Vale construiu encontra-se em péssimo estado por falta de conservação e ocorre o "curto circuito sanitário" que se queria evitar; as fossas e poços distam aproximadamente 5m e as lagoas de decantação já estão ocupadas por casebres (informações colhidas no local com a Direção do Hospital de Parauapebas).

** Esta "Operação Documento" foi realizada pela CVRD e forneceu cerca de 18.000 documentos (Carteira de Identidade, Título de Eleitor, Certidão de Nascimento, etc) à população de Parauapebas/Rio Verde. Rel. CVRD / ASCOM-OT-02/87, pág. 42.

*** Rel. CVRD/ASCOM-OT - 2/87, op. cit., pág. 43.

desempregados ou subempregados (em um total de 6.800 homens e mulheres maiores de 18 anos) cuja esperança de emprego se resume na vaga perspectiva de implantação de uma guseria em Parauapebas e do desenvolvimento do Projeto Cobre da CVRD, retrata o quadro de miséria dessas localidades *.

Esta dicotomia onde, de um lado, uma disponibilidade de infra-estrutura e serviços de qualidade garante aos escalões mais qualificados da empresa condições de reprodução adequadas, e de outro, sua ausência quase total para os grandes contingentes marginalizados gera um sentimento de animosidade que de forma mais ou menos explosiva, acaba funcionando como mecanismo de pressão sobre a empresa ou sobre o poder público.

Em Carajás, o mais forte elemento de pressão sobre as ações da CVRD voltadas para a população local, tem sido a presença dos garimpeiros em sua proximidade.

Cabe mais uma vez registrar que embora Serra Pelada anteriormente fosse uma das áreas de concessão de lavra da CVRD, o Governo Federal a desapropriou (pagando 50 milhões de dólares à CVRD) e a liberou para o Garimpo manual. O aprofundamento das escavações pelo garimpo exige de tempos em tempos, o rebaiamento das paredes da cava, o que requer o uso de máquinas pesadas, disponíveis pela CVRD, e cuja cessão normalmente passa por longas negociações. Esta situação associada ao fato da administração de Serra Pelada ser da esfera da Polícia Federal (ou co

* Dados da Assessoria de Segurança Empresarial - ASE

mo dizem no local, são os "Federais que mandam") gera um clima de forte animosidade entre garimpeiros e CVRD.

Estes, quando em 84, revoltados com a falta de segurança nas condições de trabalho em Serra Pelada, partem em grandes grupos, incendiam prédios públicos em Parauapebas e a meaçam subir até a Serra. Era de conhecimento da administração da CVRD que seu aparato de segurança não seria capaz de controlar tal invasão.

Este é apenas um dos muitos conflitos * que vêm marcando as relações entre a empresa e a população de sua área de influência direta. É em sua decorrência que uma estratégia de apoio às populações vizinhas é adotada e em seu bojo algumas conquistas são alcançadas. Entre estas cabe destacar o apoio à implantação de colonos na área do Carajás I e II, a liberação da estrada de ferro ao tráfego de passageiros e a eletrificação de Parauapebas, Rio Verde, Curionópolis e Serra Pelada.

A consciência das desigualdades fica traduzida na linguagem popular através do uso das expressões "gaiola de ouro" e "Ilha da Fantasia" para designar o núcleo urbano da Serra; igualmente a noção de segregação social e exclusão fica registrada quando todos se referem ao Superintendente das Minas de Carajás como "Vice-Rei" e à guarita da Vale (onde é controlada a entrada das pessoas na Serra) como "corrente", embora não existam correntes nesta guarita.

* Em dezembro de 1987 um trágico conflito entre garimpeiros e Polícia Militar sobre a ponte rodoferroviária do Tocantins (Estrada de Ferro Carajás) provocou, segundo a Polícia Federal, mais de 100 vítimas. Este conflito igualmente girava em torno da necessidade de máquinas pesadas para o rebaixamento da cava do garimpo.

5. REFLEXÕES SOBRE O CASO

"Para as maiorias continua faltando emprego, terra e apoio. Sobra gente no vazio"*.

A presente investigação se propôs a discutir a questão dos assentamentos humanos em Carajás, região sob o impacto de um grande projeto.

São indubitáveis e concretos os efeitos e as repercussões que a implantação do Projeto Ferro Carajás provocou. Em relativamente pouco tempo transformou-se o panorama sócio-econômico regional: ampliou-se a malha rodoviária, a ferrovia permitiu a circulação rápida e a baixo custo de produtos e passageiros; as telecomunicações quebraram o isolamento da região; intensificaram-se os fluxos demográficos; novos povoados surgiram e cresceram as principais cidades. Enfim, esta região foi definitiva e inexoravelmente integrada ao país e ao mundo.

Ainda que esta integração possa ser vista como um processo intrinsecamente positivo e, enquanto tal, desejável, e que as transformações provocadas sejam igualmente apresentadas como positivas, posto que modernizadoras, torna-se necessário passar em revista alguns pontos.

O projeto é fruto de decisão do Governo Federal que por seu intermédio procura captar recursos externos e incrementar os níveis de exportação do país. Os governos estadual e

* Rodrigues, Lélío - Alternativas sócio-econômicas: abertura externa, integração nacional e subsistência comunitária - in Carajás-CNPq-Ed. Brasiliense, 1986.

municipal são alijados do processo de tomada de decisão, o que configura uma "intervenção federal na região". No entanto, discutir sobre os eventuais ganhos ou prejuízos da "região" sem identificar os grupos sociais considerados, torna-se um exercício vazio de conteúdo. Não se pode igualmente falar em benefícios sem a contrapartida dos custos inerentes, razão pela qual nas páginas anteriores procuramos identificar os custos e benefícios assumidos pelos principais agentes modeladores do espaço urbano na região de influência do projeto.

Fica evidenciado que os riscos do empreendimento recaem sobre a CVRD, dada a grande participação de recursos próprios no financiamento do Projeto.

É no momento oportuno estabelecer a distinção entre o "setor produtivo estatal" e o "gasto ou investimento público". A esta última categoria correspondem os gastos em custeio, serviços e obras públicas em todas as áreas convencionalmente classificadas como bens públicos ou bens de consumo coletivo (saúde, educação, sistema viário, segurança, etc). Por sua vez, os investimentos do setor produtivo estatal caracterizam-se por serem um tipo de inversão diretamente vinculada à base produtiva do sistema industrial, necessária à sua reprodução ampliada. É neste segmento que operam as empresas estatais brasileiras, organizadas na forma de sociedades anônimas com controle estatal. Estas empresas orientam-se para a acumulação de capital com recursos próprios, gerados por suas operações produtivas, o que as leva a assumirem uma agressividade de comportamento empresarial tipicamente capitalista.

É, portanto, da própria natureza da empresa buscar o atendimento competente de determinada demanda e, ao fazê-lo, produzir lucros. O reinvestimento, a geração de empregos, os impostos arrecadados fazem parte desta dinâmica natural e são compreendidos como pressupostos da própria atividade empresarial. Frente a uma situação nacional em que há uma permanente disponibilidade de mão-de-obra a procura de emprego, um processo de redução dos encargos relativos à manutenção dos trabalhadores torna-se prática empresarial corrente.

Uma das formas assumidas por esta minimização de custos é a subcontratação, mecanismo através do qual as tarefas menos nobres são repassadas a outras firmas, o que permite à empresa principal "fechar o círculo" daqueles que serão por ela atendidos.

Um processo acumulativo se instala e se reforça: aqueles que têm emprego e qualificação são subsidiados nas condições de reprodução; aqueles que estruturalmente não são absorvidos pelo sistema econômico têm que construir com o seu próprio esforço seu espaço residencial e urbano.

Forja-se assim uma profunda dicotomia não só nas condições de trabalho como nas condições de reprodução. No caso sob análise, caracterizado pela articulação de dois tipos de tecidos urbanos - um, fruto de cuidadoso planejamento e outro resultante das condições gerais que imperam na formação social brasileira -, esta dicotomia assume nitidez ímpar.

Embora a planta habitacional de uma empresa não se constitua em "cidade" (os próprios moradores não a reconhecem como tal), é nesta que estão localizados os equipamentos urbanos de consumo coletivo, pressuposto básico da cidade. Por outro lado, o urbano pressupõe fundamentalmente pluralidade de atividades e segmentação entre as esferas da produção e reprodução; sob este ângulo, os assentamentos que se formaram à margem do Projeto é que seriam assim definidos.

No caso dos grandes projetos existe o fato objetivo dos incentivos fiscais que beneficiam estes empreendimentos reduzirem drasticamente os recursos que permaneceriam nos estados e municípios onde estes se localizam, os quais poderiam ser aplicados em benefício das populações ali estabelecidas.

A seu turno a administração municipal, tende a atribuir a responsabilidade pelo surgimento das cidades-satélites à empresa, a ela cabendo assumir esta externalidade "negativa". Mas a empresa tem como objetivo apenas a garantia das condições de seu pleno funcionamento e somente quando alguma ameaça paira sobre seu patrimônio é que procura desenvolver ações no sentido de reduzir o nível de tensão social.

Estas ações quando não permanecem na esfera estritamente policial, assumem um caráter assistencial em obras de pequena envergadura ou a permissão ao acesso a certos serviços de seu uso privativo.

Ficou evidenciado nas páginas anteriores que no caso de Carajás os investimentos em infra-estrutura realizados pela CVRD e apresentados como benfeitorias para a região (asfaltamento de rodovias, sistema de telecomunicações e outros) são na verdade voltados para as suas próprias necessidades. Representam ainda uma apropriação para uso próprio de parcelas do IUM que poderiam financiar investimentos em bens de consumo coletivo para a população em geral.

A fragilidade das populações locais frente ao poder econômico e político das empresas detentoras de grandes projetos, associada ao descompromisso do poder público perante as grandes massas de despossuídos, não permite, por parte destes, ganhos significativos.

Uma valorização de objetivos sociais, vinculados à questão da equidade, só poderia emergir através de pressões de "baixo para cima". Falar em organização social em uma região de fronteira onde entre 1979/83 a Comissão Pastoral da Terra registrou nada menos do que 39 mortes em conflitos pela terra, 142 pessoas feridas ou espancadas, 148 prisões, 6 seqüestros, 332 casas queimadas e 524 famílias despejadas pela força é, no mínimo, problemático*.

No caso brasileiro o crescimento econômico mostrou-se perfeitamente compatível com níveis crescentes de miséria. As políticas sociais compensatórias, ainda que não fossem a solução para romper este quadro de desigualdades, poderiam ate

* Dados da Comissão Pastoral da Terra.

nuã-lo. Permanecem, contudo, ao nível do discurso político e to
dos os recursos públicos e da Lei continuam sendo usados para
perpetuar uma ordem social nitidamente concentradora.

Esta região reflete os problemas econômicos e so
ciais gerados em outras regiões do país. Os fluxos migrat^orios
que recebe são ínfimos se comparados com aqueles que se desti
nam aos maiores centros urbanos do Centro-Sul. No entanto, es
ta fronteira riquíssima em terras e minérios virou sinônimo de
superpopulação e miséria.

"Para as maiorias continua faltando
emprego, terra e apoio. Sobra gente
no vazio".

ANEXO I

Para a elaboração do presente Relatório trabalhou-se o seguinte material:

- 1) pesquisa bibliográfica sobre a região;
- 2) levantamento de informações em documentos e relatórios da CVRD, em sua sede no Rio de Janeiro.
- 3) pesquisa de campo (15 dias) compreendendo:
 - 3.1. levantamento de dados e informações junto à Superintendência das Minas de Carajás - SUMIC - especialmente: Administração do Núcleo Urbano e Assessoria de Segurança Empresarial - ASE;
 - 3.2. Entrevistas:
 - Secretário de Planejamento do Município de Marabá;
 - Superintendência do GETAT em Marabá;
 - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parauapebas/Rio Verde;
 - Diretoria do Hospital de Parauapebas;
 - Negociantes de Rio Verde;
 - Diretoras de Escola de Parauapebas;
 - Subprefeito de Curionópolis;
 - Lideranças religiosas (católica) de Curionópolis;
 - Delegado de Polícia Federal em Serra Pelada; e
 - Secretário de Planejamento de São Luis.
 - 3.3. percorridas as visitas às localidades urbanas analisadas e/ou citadas neste relatório; e, finalmente,
 - 3.4. percurso Carajás/São Luis pela Estrada de Ferro Carajás.

ANEXO II

Cronologia da Legislação de Terras no Pará - Incidente no Município de Marabá (período recente)

1970 - Decreto-Lei nº 1106 (16.06.1970) cria o Programa de Integração Nacional-PIN com a finalidade de financiar o Plano de Obras de Infra Estrutura nas áreas da SUDAM e SUDENE, e promover sua mais rápida integração na economia nacional (com este propósito foi construída a Rodovia Transamazônica).

Este Decreto - parágrafo primeiro - reservava para colonização e reforma agrária, faixas de terras de até 10km à esquerda e à direita das novas rodovias para com os recursos do PIN, executar a ocupação da terra e a adequada e produtiva exploração econômica. Tratava também de incentivos fiscais o que motivou a instalação de várias empresas agropecuárias na região.

1971 - Decreto-Lei federal nº 1164 (01.04.1971) que transferiu para a jurisdição do Governo Federal as terras devolutas situadas na faixa de 100 quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, sejam elas construídas, em construção ou mesmo projetadas. Este decreto foi sucessivamente alterado em sua abrangência pelo Decreto-Lei nº 1243 (30.10.1979), Lei nº 5917(10.09.1973) e Decreto-Lei nº 1473 (13.07.1976) e configura a quebra da soberania e do direito dos Estados em legislar sobre seu território, assegurado desde a Constituição Republicana de 1981.

- 1974 - Decreto-Lei nº 74607 (25.09.1974) cria o Programa Pola mazônia com a finalidade de promover o aproveitamento in tegrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia. Com base nos recursos do PIN e Proterra a Po lamazônia entre seus objetivos visavam proporcionar o apoio de infra-estrutura para integração dos sistemas e conômicos e definição preliminar do zoneamento do uso dos recursos naturais do Pólo Carajás do qual faria parte o Município de Marabá.
- 1975 - Lei estadual nº 4584 (08.10.1975) criou o Instituto de Terras do Pará - IERPA extinguindo a Divisão de Terras da Secretaria da Agricultura. Para o ITERPA é transferida pela União a Gleba Ampulheta, arrecadada pelo Decreto-Lei federal nº 1164 de 1971.
- 1980 - Decreto-Lei nº 1676 (10.02.1980) cria o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins-GETAT, subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e as sumindo as atividades e competências atribuídas na área a então Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins-CEAT vinculada ao INCRA. Em 12.10.1982, pelo Decreto Federal nº 87700, passa à subordinação direta do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.
- 1980 - Decreto-Lei nº 1813 (24.11.1980) cria o Programa Grande Carajás apoiando-se na implantação de grandes projetos na área considerando o Projeto Ferro Carajás como de re levante interesse nacional.

1985 - Decreto federal nº 91214 (30.04.1985) cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, transferindo para o mesmo o GETAT e o INCRA.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA :

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Estrutura fundiaria e expansao camponesas. In Carajas: desafio politico, ecologia e desenvolvimento. Sao Paulo, Brasiliense/CNPq. 1986. p. 265-293. il Bibliografia p. 293
- AMAZONIA MINERAÇÃO S.A.. Superintendencia de projetos. Planos urbanisticos dos núcleos de Carajás e Parauapebas. s.l., mar.1981.223 p..
- AMPARO, Paulo Pitanga do & PORTO, Manuel. Breve descricao e Apreciacao de Alguns Programas na Amazonia. In Os Grandes projetos da Amazonia: impactos e perspectivas. Belém, UFFa, - NAEA, 1987.p. 39-57.
(Cadernos NAEA, 9)
- BARRETO, Maria Luiza Giaroli de Oliveira. Qualidade de vida em Carajás. s.l. out./nov. 1986. 109 p. il Bibliografia p.9-10.
- BECKER, Bertha k. & MIRANDA, Mariana P. O papel das cidades na ocupação da Amazonia. In Anais do Seminário sobre Tecnologias para os Assentamentos Humanos no Trópico Umido, Manaus, abr. 1987. 31p. il. Bibliografia p. 28-31.
- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Programa Grande Carajás: Legislação e Normas. Brasilia, jul. 1985. 47 p.
- BUARQUE, Cristovam. Notas para uma Metodologia de avaliacao dos Grandes Projetos. In Os Grandes projetos da Amazonia: impactos e perspectivas. Belém, UFFa,NAEA, 1987. p.104-127. il bibliografia p.127.
(Cadernos NAEA, 9)
- CARDOSO, Fernando H. & MULLER, Geraldo. Amazonia: expansao do Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1977. 205p.
- CHEGOU o trem de Carajás. Brasil Mineral. São Paulo, 2(16):12-18, mar. 1985.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Diretrizes para integracao dos núcleos urbanos de Rio Verde e Parauapebas. s.l. jun. 1986. 138p.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Superintendencia de implantacao do projeto Carajás .Núcleo Urbano de Carajás. s.l.,mar. 1980. 55p. il. Bibliografia p.50-51.
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Estatística de Habitantes de Rio verde/Parauapebas. s.l., maio 1986. 18p.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Estudo sócio-econômico da área de influência da E.F. Carajás, relatório parcial. s.l. 1986. 3 v., 585 p. il. Bibliografia p. 204-206, 406-408.
(Relatório interno desenvolvido pela Coordenação de Meio Ambiente.)

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. População e Mão-de-obra: Carajás. s.l. nov. 1985. 51p.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. Estudo de impacto ambiental e desenvolvimento sócio-econômico ao longo da Estrada de Ferro Carajás. s.l., 1986, 3v., 668p., il. Bibliografia p. 653-668.
(Relatório, síntese de pesquisa desenvolvida pela Superintendência de Meio Ambiente.)

COSTA, Jose Marcelino Monteiro da. (org.). Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém, UFFa, NAEA, 1987. 168p.
(Cadernos NAEA, 9. xerox.)

COSTA, Jose Marcelino M. da. Crise, Grandes Projetos e Perspectivas da Amazônia. In Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém, UFFa, NAEA, 1987. p. 3-16. il Bibliografia p. 16.
(Cadernos NAEA, 9)

COTA, Raymundo Garcia; COELHO, Maria Celia Nunes; RIO, Gisela Aquino Pires do. Formulação da política mineral no Brasil; uma contribuição. Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, 20 (1):92-116, jan./mar. 1986.

FARAH, Flavio e FARAH, Marta Ferreira Santos. Política mineral: urbanização e desenvolvimento. Brasil Mineral, São Paulo, 3(35): p.63-68, out., 1986.

..... Mineração: Barragens e Novas Cidades. In Anais do primeiro simpósio internacional sobre produção e transferência de tecnologia em habitações: da pesquisa à prática, São Paulo, 1987. p.897-815.

FERREIRA, Jose Freire da Silva (org.). Rede Urbana Amazônica: subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano. Por Jose Freire da Silva Ferreira e outros. Belém, UFFa. NAEA/FIPAM, 1977. 144p. il. Bibliografia p.137-144.
(Cadernos NAEA, 3).

FILHO, Magalhães F. Grandes Projetos ou Grande Projeto? In Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém, UFFa, NAEA, 1987. p. 17 -26
(Cadernos NAEA, 9)

GRUPO INTERDISCIPLINAR DE POLITICA CIENTIFICA-TECNOLOGICA. Mesa redonda sobre Carajás: Realidade e Perspectivas. Pará, 1986. 66p.

(Transcrição de debate promovido pelo GIPCT da Série DOCUMENTOS GIPCT. Coordenador - Jean Hébette.)

HEBETTE, Jean. A resistência dos posseiros no Grande Carajás. In ___ Cadernos do CEAS n.102. s.l., s.d., p. 63-75.

(Estudo resultante da coordenação de pesquisa sobre a ocupação recente na área do Carajás, com o apoio do CNPq.)

..... A questão agrária; Uma introdução aos Clássicos. In ___ Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas. 1981. v.14, p. 6-13.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLOGICAS DO ESTADO DE SAO PAULO. Assentamento humano junto a área de mineração; Relatório n. 22072. São Paulo, maio, 1985. 138p. il. Bibliografia p. 129-131.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLOGICAS DO ESTADO DE SAO PAULO. Assentamento Humano junto a área de mineração; fase 2. Relatório n. 24044. São Paulo, jul. 1986. 207p. il. Bibliografia p. 182-187.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANALISES SOCIAIS E ECONOMICAS. Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro. Rio de Janeiro, Achimè, 1983. 157p., il. Bibliografia p. 157.
(Coleção de estudos do IBASE, sob a coordenação de Carlos A. Afonso.)

KERR, Warnick Estevam. P.G.C.; algumas sugestões em função de sua situação amazônica. In ___ Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense/CNPq. 1986. p. 621-629.

LASTRES, Helena N. M.. O impacto dos grandes projetos; o caso de Carajás. In ___ Anais do Seminário sobre tecnologias para assentamentos humanos no Trópico U'mido, Manaus, abr. 1987. 17p.. il. Bibliografia p. 17.

LU, Martin. Os Grandes Projetos da Amazônia; Integração e sub-desenvolvimento. In ___ Os Grandes projetos da Amazônia; impactos e perspectivas. Belém, UFPa, NAEA, 1987. p.128-148. il. Bibliografia p. 147-148.
(Cadernos NAEA, 9)

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. A terra era liberta. São Luiz, UFMA/Secretaria Educação Ma., 1984. 148p.

- MACHADO, Lia Osorio. A Amazônia brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronoeestratégica. Paris, maio de 1987. p. 189-204.
(Trabalho apresentado em primeira versão no "Colloque sur la Géographie de la Guerre et la Paix", Université de Paris-Sorbonne)
- Urbanização e monopólio do espaço: O exemplo da Amazônia. Rio de Janeiro, jul. 1984. 34 p.. il. Bibliografia p.32-34.
(Texto do Dept. de Geografia da UFRJ, mimeo.)
- MARTINS, Edilson. Amazônia: a última Fronteira. Rio de Janeiro, ed. CODECRI, 1982. 257p.
- MARTINE, George. Migração e absorção populacional no Trópico Úmido. In Anais do Seminário sobre Tecnologias para os Assentamentos Humanos no Trópico Úmido, Manaus, abr. 1987. 33p.
- MAGALHAES, Antonio Rocha. Impacto dos Grandes Projetos na Amazônia. In Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém, UFFa, NAEA, 1987. p. 27-38.
(Cadernos NAEA, 9)
- MUELLER, Charles C. Os Grandes Empreendimentos Agropecuários Incentivados na Amazônia. In Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém, UFFa, NAEA, 1987. p. 58-72. il Bibliografia p. 72.
(Cadernos NAEA, 9)
- PINTO, Lucio Flavio. Os Grandes Projetos e a Crise. In Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém, UFFa, NAEA, 1987. p. 164-168.
(Cadernos NAEA, 9)
- A questão do Estado no Trópico Úmido. In Anais do Seminário sobre tecnologias para os assentamentos humanos no Trópico Úmido. Manaus, abr. 1987. 25 p.
- Carajás: O ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro. Ed. Marco Zero, 1982. 112p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. Diretrizes Globais de Ação e Programa de Investimentos 1986/1988: P.D.D.I. Marabá, 1986. 175p.
(Material enviado pela Prefeitura de Marabá à Presidência da C.V.R.D.)

- RODRIGUES, Lélío. Alternativas sócio-econômicas; abertura externa, integração nacional e subsistência comunitária. In Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense/CNPq. 1986. p.419-493.
- SECRETARIA EXECUTIVA DO P.G.C.. Programa Grande Carajás: análise da situação atual e novas diretrizes, 1985. 23 p..
- SANTOS, Breno Augusto dos. A importância de Carajás. Brasil Mineral. São Paulo, 1(7):31-34. jun.1984
- SAWYER, Donald. Migrações na Amazônia Legal: Bibliografia parcialmente anotada. Minas Gerais, UFMG, Cedeplar, out. 1987. 23p.
(Listagem com referências bibliográficas)
- SAWYER, Donald. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. Minas Gerais, UFMG/Cedeplar, maio, 1987. 11 p.. il. Bibliografia p. 10-11.
- SA, Paulo. Carajás: A proposta de Desenvolvimento Regional Integrado. In Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém, UFPa, NAEA, 1987. p. 73-103. il. Bibliografia p. 102.
(Cadernos NAEA, 9)
- TUPIASSU, Amílcar . Os Grandes Projetos da Amazônia e a Questão Regional-Nacional do Brasil. In Os Grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém, UFPa, NAEA, 1987. p.149-163.
(Cadernos NAEA, 9)
- VAINER, Carlos B. Da Mobilização para o Trabalho à Política Social - Uma reflexão acerca das políticas de localização de população. Rio de Janeiro. IPPUR/UFRJ. set. 1987. 19 p. il bibliografia p. 18-19.



Foto 1 - Núcleo de Carajás - Residência Nível Superior.



Foto 2 - Núcleo de Carajás - Padrão dos Equipamentos Urbanos.



Foto 3 - Núcleo de Carajás - Residência Nível Básico -
(operário).



Foto 4 - Núcleo de Carajás - Residência Provisória a ser
Demolida.

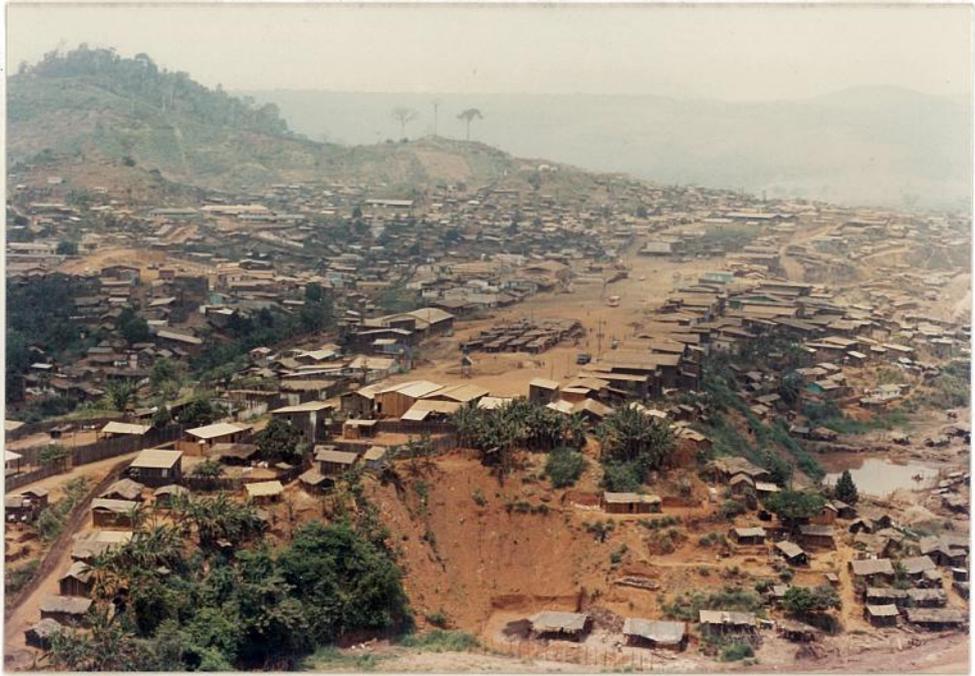


Foto 5 - Serra Pelada - Ocupação Urbana.

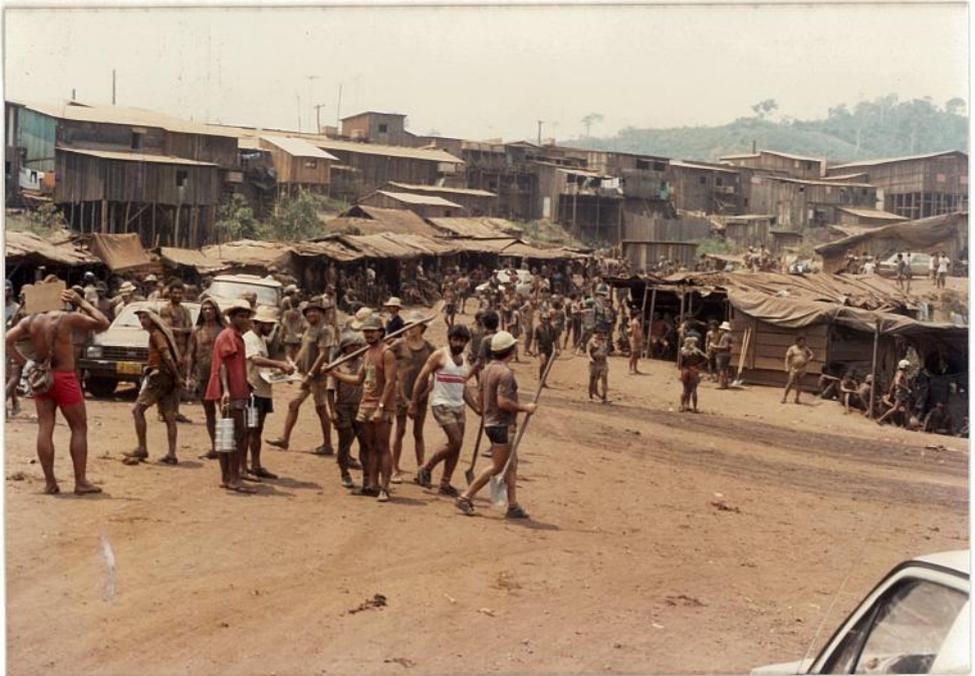


Foto 6 - Serra Pelada - "Os Formigas" (Trabalhadores assalariados do garimpo).

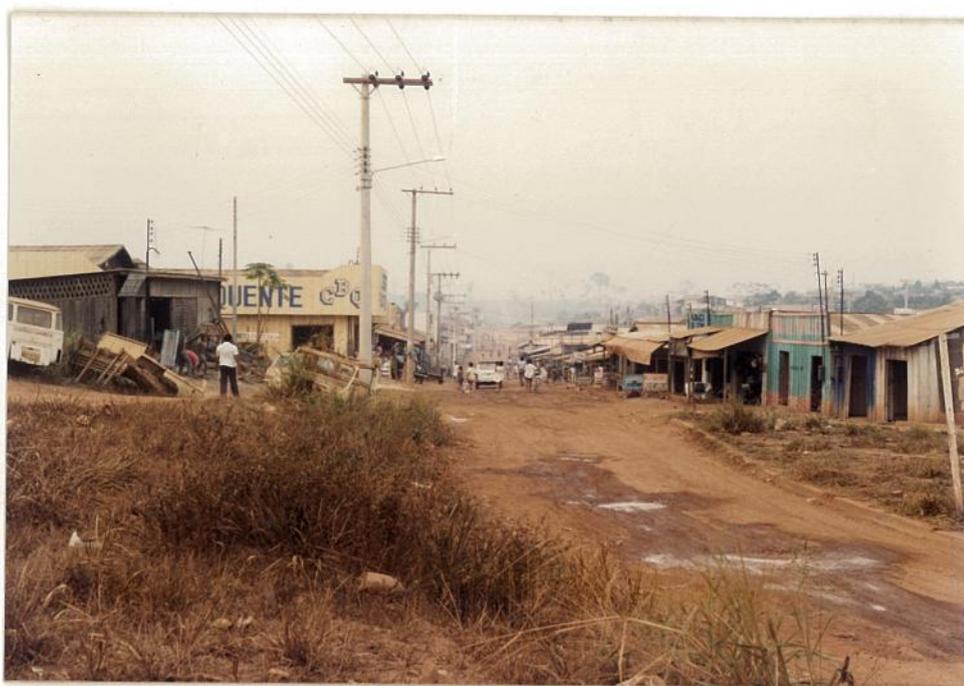


Foto 7 - Curionópolis

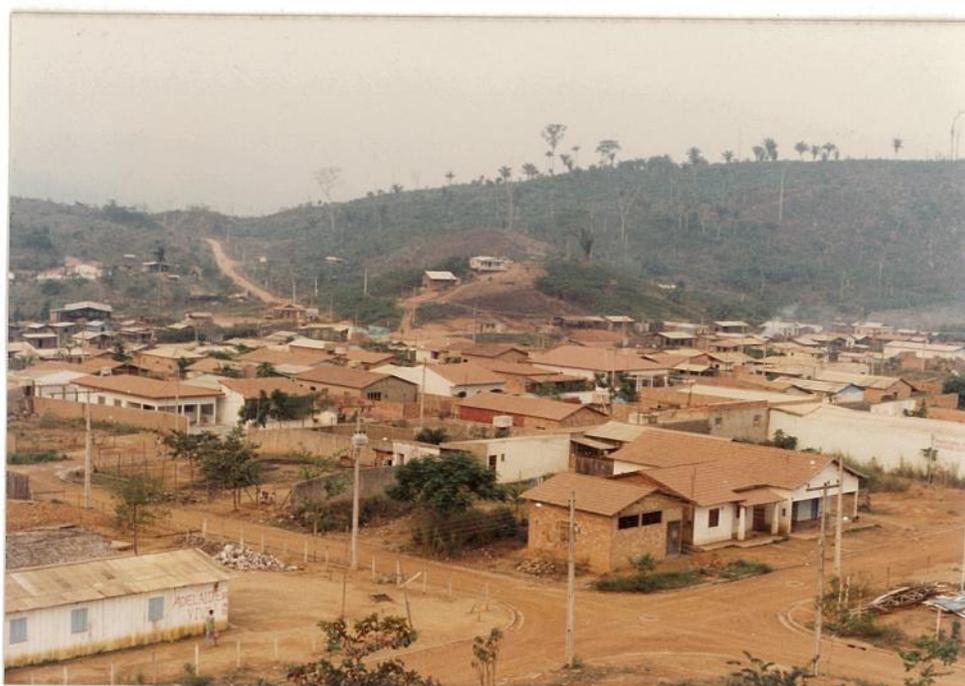


Foto 8 - Parauapebas